

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt a pedir

UMA GRAVE CRISE ECONÓMICA A QUE SE PODE JUNTAR UMA EVENTUAL CRISE DA BANCA EM PORTUGAL. A BANCA É FUNDAMENTALMENTE FINANCIADA COM OS DEPÓSITOS DOS CLIENTES QUE DEVEM SER ACAUTELADOS E NÃO COM DINHEIRO DOS BANQUEIROS

Tem-se assistido nos últimos dias a uma pressão sobre a banca para que ela seja “boa” e ajude as empresas e famílias (*discurso de Rui Rio na Assembleia da República e teleconferência dos presidentes dos bancos com o próprio presidente da República*) pois foi ajudada pelo Estado, ou seja, pelos contribuintes em mais de 23.800 milhões € segundo o próprio Banco de Portugal quando enfrentou grandes dificuldades devido à crise de 2008 e à má gestão dos banqueiros.

Muitos conhecem qual é a minha posição sobre os grandes grupos financeiros que têm estrangulado as empresas e as famílias, dificultando o crescimento económico e o desenvolvimento do país, já que estão mais interessados na extração de uma parte importante das mais-valias criada em outros setores do que na promoção do desenvolvimento. Basta lembrar, a este propósito, a multiplicação de comissões sobre os clientes/depositantes enquanto pagam taxas de juro de miséria aqueles que depositam o seu dinheiro na banca. No entanto, é importante não esquecer como a banca funciona e que meios financeiros utiliza quando concede crédito pois, na sua esmagadora maioria, esses meios não são dos banqueiros mas dinheiro dos depositantes que é preciso acautelar. Para além disso, é preciso ter presente que, devido à continuação de uma gestão de risco que já causou graves prejuízos, depois suportados pelos contribuintes ou associados (*estes últimos, no Banco Montepio*), a banca tem atualmente já incorporado nos seus Balanços elevados riscos. É tudo isto que vamos mostrar neste estudo para que o leitor/depositante fique atento à evolução da situação da banca.

O DINHEIRO QUE A BANCA UTILIZA É, NA SUA ESMAGADORA MAIORIA, DINHEIRO DOS DEPOSITANTES E NÃO DOS SEUS ACIONISTAS

Para tornar mais clara e mais facilmente compreensível a explicação de que os bancos funcionam fundamentalmente com o dinheiro dos depositantes, por isso há que acautelar a sua segurança, e de que incorpora novamente elevados riscos consequência da continuação de uma gestão de risco, construiu-se o quadro 1, com dados dos relatórios e contas dos bancos.

Quadro 1- Aplicações em títulos, Ativo líquido, crédito concedido, depósitos e capital pertencente aos associados dos sete maiores bancos com designação portuguesa a operar em Portugal- 2019

BANCOS	CGD	BCP	BPI	SANTANDER - Set.2019	NOVO BANCO Jun2019	BANCO MONTEPIO/ CEMG-Jun.2019	CREDITO AGRÍCOLA - Set.2019	SOMA
APLICAÇÕES EM TÍTULOS- Milhões €	20 452	19 611	5 640	8 148	13 024	3 498	6 962	77 336
ATIVO LÍQUIDO - Milhões €	85 776	81 643	31 812	52 905	49 159	18 695	19 184	339 174
% Títulos do Ativo Líquido	23,8%	24,0%	17,7%	15,4%	26,5%	18,7%	36,3%	22,8%
CREDITO CONCEDIDO - Milhões €	47 974	49 848	24 126	39 751	25 115	11 660	9 580	208 054
RECURSOS DE CLIENTES (depósitos e outros) -Milhões €	65 792	59 127	23 231	39 345	28 285	12 680	15 872	244 333
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO (Credito/Depósitos)	73%	84%	104%	101%	89%	92%	60%	85%
CAPITAIS PRÓPRIOS (dos acionistas) Milhões €	8 566	7 381	3 436	3 632	4 210	1 511	1 659	30 396
% do Ativo Líquido financiado com Recursos dos clientes (depósitos)	76,7%	72,4%	73,0%	74,4%	57,5%	67,8%	82,7%	72,0%
% do crédito concedido financiado com recursos (depósitos) dos clientes - O valor dos depósitos é superior ao crédito concedido	137,1%	118,6%	96,3%	99,0%	112,6%	108,7%	165,7%	117,4%
% do Ativo Líquido que é financiado por Capitais Próprios dos acionistas	10,0%	9,0%	10,8%	6,9%	8,6%	8,1%	8,6%	9,0%
% que os Capitais próprios dos acionistas representam em relação ao crédito concedido	17,9%	14,8%	14,2%	9,1%	16,8%	13,0%	17,3%	14,6%

FONTE : Relatórios e contas do ano de 2019 (no caso de ainda não terem sido publicadas utilizou-se as de Junho ou de Setembro de 2019)

A primeira conclusão importante que se tira dos dados do quadro 1, e que não deve ser esquecida é que, em média, 72% do Ativo líquido da banca é financiada com recursos (depósitos) dos clientes e apenas 9% do Ativo líquidos dos bancos é financiado com dinheiro dos acionistas. Portanto, quando se fala na concessão fácil de crédito, sem uma análise de riscos fundamentada, é preciso não esquecer que esse crédito é financiado com os depósitos feitos pelos clientes dos bancos que têm de ser acautelados. A parcela que cabe aos banqueiros é muito reduzida, e o seu risco é muito menor do que aquele que os depositantes ou os contribuintes têm. E os contribuintes porque os governos estão sempre disponíveis para salvar os bancos mesmo que isso resulte da gestão ruinosa e irresponsável dos banqueiros, como aconteceu na crise de 2008.

Como prova que é o dinheiro dos depositantes que enfrenta os maiores riscos na concessão de mau crédito, como aconteceu na crise de 2008, basta ter presente, como revelam os dados do quadro 1, que, em média, os depósitos são superiores ao crédito concedido pela banca (correspondem a 117,4%, portanto são superiores em 17,4%), enquanto o dinheiro dos acionistas corresponde somente a 14,6% do crédito concedido pela banca. O “**Rácio de transformação**” médio do conjunto dos sete bancos é apenas de 85%, o que significa que por cada 100€ de depósitos que recebem só emprestam 85€ (*dos grandes bancos, o pior é o da CGD com apenas 73€ de crédito por cada 100€ de depósitos, que revela incapacidade da administração de Paulo Macedo para rentabilizar os fundos que o Estado e os depositantes puseram ao dispor*). O crédito é financiado, na maioria dos bancos, com recursos dos clientes (depósitos) e ainda restava muito dinheiro (36.279 milhões €) para o conjunto daqueles sete bancos em 2019).

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt a pedir

UMA GESTÃO APÓS A CRISE DE 2008 QUE CRIOU GRAVES RISCOS PARA A BANCA QUE PODEM CAUSAR ELEVADOS PREJUÍZOS COM A CRISE ECONÓMICA DO “CORONAVIRUS”

Os dados constantes do quadro 1 permitem também avaliar/identificar os principais riscos que enfrenta banca e, conseqüentemente, os depósitos de clientes devido à gestão de risco dos banqueiros após a crise de 2008 conjugada com atual crise económica causada pelo “coronavírus”. Observe-se o elevado volume de “APLICAÇÕES EM TÍTULOS” que os sete maiores bancos têm nos seus balanços, o que são, por que fizeram e que riscos envolvem para a banca na presente crise.

Estes títulos são fundamentalmente títulos de dívida pública (*portuguesa e de outros países*) e títulos de empresas (*ações, obrigações, etc.*). No fim de 2019, a CGD tinha aplicado em títulos 20.452 milhões € o que correspondia a 23,8% do seu Ativo líquido total, um valor muito elevado que envolve um elevado risco. Estes sete bancos tinham aplicados em títulos 77.336 milhões € o que representava 22,8% do seu Ativo líquido total, o que é um valor enorme que envolve riscos enormes para a banca, e mais numa crise económica com dimensão que será a atual.

A banca comercial em Portugal, no lugar de apostar na concessão do crédito às empresas e às famílias tem direcionado uma parcela muito elevada da sua liquidez para investimentos em ativos financeiros, apostando na especulação visando obter mais-valias (lucros fáceis e rápidos). Para além disso, quando investe em dívida pública que, de acordo com as normas do supervisor tem teoricamente risco zero o que não é verdadeiro, visa assim também reduzir o Ativo ponderado pelo risco (RWA) para, através desta engenharia financeira, aumentar os rácios de capital para que os acionistas não sejam obrigados a entrarem com mais dinheiro. Mas esta gestão envolve grandes riscos para a estabilidade da banca e para a segurança dos depósitos dos clientes em relação aos quais os supervisores (BdP e BCE) se têm mantido passivos e mesmo coniventes, nomeadamente em situações de grave crise económica como aquela que resultará do “coronavírus”.

E isto porque com agravamento da situação da economia de cada país e, em particular, de Portugal, o risco para os investidores, que são normalmente grandes grupos financeiros, aumenta e é de prever que eles aumentem as taxas de juro da dívida pública (*e já começaram, a taxa de juro, a “yield”, dos títulos da dívida pública portuguesa a 10 anos já está em 1,643% e a italiana em 2,737%*). Logo que estas taxas sejam superiores àquelas que os bancos adquiriram esses títulos, os bancos começarão a acumular elevadas menos valias, ou seja, prejuízos, que terão ser contabilizados ou na conta de “Resultados”, o que determinará prejuízos imediatos para a banca, ou na conta de “Capital” corroendo os capitais próprios dos bancos, que já são reduzidos (*em média correspondem apenas 9% do Ativo líquido dos bancos*) diminuindo a segurança dos depósitos dos clientes. Em relação aos títulos de empresas, com a queda das bolsas devido à queda brutal da atividade económica que se está a verificar, perdem valor o que determinará também menos valias para quem investiu nestes títulos, portanto mais prejuízos para a banca.

Em resumo, a gestão de risco que tem sido seguido pelos banqueiros nos últimos anos, apostando mais em ativos financeiros visando obter mais valias, ou seja, lucros rápidos e fáceis (atividade especulativa), e não na concessão de crédito às empresas e famílias, com o objetivo também reduzir as entradas de dinheiro dos acionistas (recapitalizações) para aumentar os rácios de capital, incorporou na banca a operar em Portugal elevados riscos que, numa situação de grave crise como a do “coronavirus”, se podem materializar em elevados prejuízos afetando a estabilidade financeira da banca. É um risco real que é preciso estar atento pois, caso contrário, as conseqüências para o Estado, para os contribuintes e para a economia ainda poderão ser mais dramáticas

O RISCO DAS IMPARIDADES NO CRÉDITO CONCEDIDO PODEREM DISPARAR

Apesar do aumento reduzido do crédito concedido pela banca às empresas e às famílias nos últimos anos, mesmo assim o crédito concedido pelos sete bancos totalizava 208.504 milhões € como revelam os dados do quadro 1. Com a queda brutal da atividade económica (*fecho e desaparecimento de muitas empresas*) e com a redução dos rendimentos das famílias é previsível que as imparidades no crédito já concedido disparem e, com isso, os prejuízos da banca. Por outro lado, o governo tem procurado, por lei, aliviar as obrigações das empresas e das famílias junto da banca e, os supervisores, flexibilizar as exigências de aumentos dos rácios de capital o reduz a segurança dos depósitos dos clientes e aumenta os riscos para os contribuintes terem de acudir à banca. É um quadro extremamente difícil que se avizinha para a banca em Portugal, o que é agravado pela incapacidade e mesmo incompetência que a maioria das administrações têm revelado para aumentar o negócio bancário optando pela solução mais fácil que é multiplicar as comissões sobre os depositantes. O futuro da banca em Portugal exige uma política de muito equilíbrio e de muita vigilância. Eugénio Rosa, 10-4-2019, edr2@netcabo.pt